
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

(CONTRA)CÂNONES EM PERSPECTIVA: TERMINOLOGIA E SELEÇÃO NA LITERATURA E NA ESCOLA

Silmara Rodrigues¹ (UFPB)
e Luciane Alves Santos² (UFPB)

RESUMO: De meados do século XX ao contemporâneo presente, os estudos culturais emergem como campo de conhecimentos em universidades europeias e dos EUA, ressoando depois no Brasil e ampliando a transversalidade de fronteiras e as ambivalências entre áreas do saber, construções conceituais e percepções de conjunturas socioculturais. Sob tal prisma, os estudos literários retomam a composição cânone/não-cânone como um dínamo tanto para um exercício de compreensão desses conceitos quanto para uma crítica analítica e da recepção de textos em instâncias tradicionais, como a educacional. Considerando esse cenário, o escopo deste trabalho é abordar a categorização tripartida proposta por David Damrosch (2006) para o cosmos literário canônico – hypercanon, countercanon e shadow canon – e, para isso, são também apresentados o contexto histórico (pós-)moderno, a partir de Marshall Berman (1986) e Terry Eagleton (1998), e o sistema de ensino como uma das estruturas tradicionais de legitimação literária, de acordo com Márcia Abreu (2006) e Blanca-Ana Roig Rechou (2010).

PALAVRAS-CHAVE: cânones; contracânones; ensino de literatura.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo em vista o período histórico de meados do século XX aos dias atuais, a transversalidade de fronteiras e a ambivalência entre áreas do saber, construções conceituais e percepções de conjunturas socioculturais têm se imposto sobre questões antes dadas como paradigmáticas. Nesse cenário, os estudos literários se voltam para as categorias cânone/não-cânone em um exercício de revisão desses conceitos e de crítica da análise e da recepção desses textos em instâncias tradicionais, como a educacional.

1 rodriguessilmara@yahoo.fr - <http://lattes.cnpq.br/7565062693830709>

2 luciane45@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/4298723741829457>

Precedendo, contudo, a reflexão sobre o cânone em sua relação com a instituição escolar, propomos, inicialmente, uma mirada panorâmica sobre a contemporaneidade, visto que a mudança de perspectiva quanto ao valor canônico das obras literárias acontece no interior de um complexo social historicamente situado. Marshall Berman (1986) trata tal forma de existência sócio-histórico-cultural como “um tipo de experiência vital”, designando-a como modernidade. Uma experiência inerentemente paradoxal, assevera, já que “anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia”, “mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (Berman 1986: 15).

Assim, a modernidade pode ser considerada uma experiência que acentua a diluição de padrões das/nas sociedades, mas não uma experiência recente. Com efeito, Berman demarca uma primeira fase ainda entre os séculos XVI e XVIII (1986: 16), e, talvez por seus primórdios recuados no tempo e por seu aspecto diluidor de padrões tão enfatizado nas últimas décadas, a designação pós-modernidade tenha ganhado espaço. Emprega o termo, por exemplo, Terry Eagleton (1998), para quem a pós-modernidade “é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação” (1998: 5).

Mais que uma época na história das sociedades, portanto, a (pós-)modernidade parece se configurar, de acordo com os autores, como um modo de existência que se expressa nas instituições, interações e produções, concretas e simbólicas, que permeiam as sociedades, destacadamente a partir do século XX. Nas universidades, instituições legitimadas – e legitimadoras – para o processo de constituição de saberes, a experiência da (pós-)modernidade se fez notar também pela emergência dos estudos culturais, primeiro nas universidades europeias e dos EUA, e, depois, em terras brasileiras.

Sintetizando uma definição para esse campo de investigação, o sociólogo Renato Ortiz (2004) explica que “Estudos Culturais caracterizam-se por sua dimensão multidisciplinar, a quebra das fronteiras tradicionalmente estabelecidas nos departamentos e nas universidades”, fazendo uma relevante observação sobre o equívoco de se conceber a multidisciplinaridade como sinônimo de “fim das fronteiras”:

Ou cairemos na obviedade do senso comum que tem insistentemente alardeado, já no ocaso do século XX, o “fim” das ideologias, do espaço, do trabalho, da história. Seria, nesse caso, substituir uma insuficiência real por um falso problema. As fronteiras são necessárias para a existência de um saber autônomo, independentemente das injunções externas (religião, política, provincianismo local, senso comum). A multidisciplinaridade não é pois um valor em si, mas um valor relacional (isto é, estabelece-se em relação às “verdades” disciplinares), e é preciso portanto vinculá-la a uma questão anterior: em que medida ela favorece ou não uma realização mais adequada do próprio pensamento. Se os Estudos Culturais propõem uma solução multidisciplinar,

não é menos certo que outras alternativas podem também ser exploradas, por exemplo a transdisciplinaridade. Nesse caso, os horizontes disciplinares surgem não como um entrave a ser abolido, mas como ponto de partida para uma “viagem” entre saberes compartimentados. (Ortiz 2004: 122)

Ortiz se refere, explicitamente, a fronteiras entre as disciplinas nas áreas de estudo e cursos universitários, contextualizando, em outras passagens, a área das ciências sociais, à qual se filia. Ainda assim, o exercício crítico que propõe pode ser direcionado a outras áreas, dentre as quais os estudos literários – apropriadamente, já que o cerne da questão é, justamente, a diluição de limites fixos e intransponíveis para a circulação de saberes e práticas, e ainda por ser a literatura uma expressão artístico-cultural em que se observa uma das categorizações mais representativas do estabelecimento de fronteiras: o cânone.

MOVÊNCIAS: DOS CÂNONES E CONTRACÂNONES, NA LITERATURA E NA ESCOLA

A definição de conceitos pode levar a discussões que atravessam épocas nas mais diversas áreas de conhecimento, no entanto, não parece ser esse o caso de cânone nos estudos literários, uma vez que não se contesta o entendimento de que o cânone compreende um conjunto de obras literárias abalizadas como exemplares por “instâncias de legitimação” como a instituição escolar, a crítica literária, publicações especializadas etc. (Abreu 2006: 40), ainda que algumas das razões para tal abalazamento estejam distantes de serem, elas mesmas, incontestes. Conforme explica Abreu,

a avaliação que se faz de uma obra depende de um conjunto de critérios e não unicamente da percepção da excelência do texto. [...] Ler um livro é cotejá-lo com nossas convicções sobre tendências literárias, sobre paradigmas estéticos e sobre valores culturais. É sentir o peso da posição do autor no campo literário (sua filiação cultural, sua condição social e étnica, suas relações políticas etc.). É contrastá-lo com nossas ideias sobre ética, política e moral. É verificar o quanto ele se aproxima da imagem que fazemos do que seja literatura. (2006: 98-99)

Produz-se, assim, um universo literário cujo centro passa a ser formado por uma “Grande” ou “Alta Literatura” (Abreu: 2006: 40), isto é, o cânone. À sua volta, orbitam obras e autores postulantes a ocupar esse centro, ou mesmo os que, desinteressados por tornarem-se canônicos, constroem-se como contrapartes dessas expressões literárias hegemônicas – e, em significativa medida, também homogêneas. Podemos chamar as obras e os autores à margem do cânone literário de contracânonos, como o faz David Damrosch (2006) ao falar sobre literatura em escala mundial, pois se erigem como vozes dissonantes diante da supremacia do cânone tradicional.

Sobre esse aspecto, diversos trabalhos têm abordado o padrão canônico – ou postulante a – em relação à autoria, em geral, masculina, branca, de estratos sociais economicamente mais favorecidos, de formação educacional mais privilegiada e de

eixos geográficos mais valorizados – como o nacional São Paulo/Rio de Janeiro/Minas Gerais, ou o internacional Europa/EUA. Alguns exemplos: Zahidé Lupinacci Muzart em “A questão do cânone” (1995); Helena Parente Cunha em “Cânone: dúvidas e ambiguidades” (2006); Lúcia Osana Zolin em “A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade” (2009); e Regina Dalcastagnè em “Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais” (2012).

Além da figura autoral propriamente dita, podemos destacar, igualmente, sua reverberação identitária na construção de tessituras narrativas, por meio da presença massiva de personagens protagonistas também brancas, masculinas, de contextos sociais mais privilegiados etc., como demonstra Dalcastagnè (2012). Destacamos, ainda, dois apontamentos: o primeiro, de Muzart ao tratar de certo padrão também para tratamentos temáticos: “em geral, são excluídos dos cânones: o popular, o humor, o satírico e o erótico. O baixo é excluído. Permanece o alto.” (Muzart 1995: 86). O segundo, de Regina Zilberman (2017), reforçando experiências da (pós-)modernidade que se impuseram sobre os estudos literários:

Ao longo do século XX, e em especial em sua segunda metade, a mobilidade social e as migrações em âmbito nacional, do campo para a cidade, ou internacional, de um continente a outro, a expansão dos meios de comunicação, as transformações tecnológicas, as reivindicações de gênero e de etnia não deixaram indiferente a literatura. Essa, representada por práticas e ideias, evitou enquanto pôde as interferências de elementos externos ao meio artístico, até que os fatos foram mais fortes. O sistema literário se fragmentou; além disso, obrigou-se a admitir novos parceiros, estabelecendo-se uma situação que talvez não fosse nova, mas que, até então, não precisava ser levada em conta. (Zilberman 2017: 27-28)

Dessa maneira, a criação literária nacional – e também a de outros países, já que este não é um fenômeno local – vem passando por um processo de revisão pelas instâncias que legitimam o valor literário. Nesse percurso, o cosmos canônico, por exemplo, se beneficia de novas perspectivas crítico-analíticas, sem a necessidade de ser ignorado ou invalidado, como explica Kelvin Falcão Klein (2013) ao considerar o movimento revisionista em torno das obras literárias já consagradas como uma ocasião para “refundar a tradição” e “restabelecer o cânone a partir de novas bases”, de tal forma que “Exclui-se do cânone não a presença da obra arquiconhecida, mas a sedimentação viciada dos caminhos que levam a ela” (Klein 2013: 114).

Amostra desse processo pode ser observada em trabalho de Eloína Prati Santos (2018) sobre revisitação de romances indianistas brasileiros a partir da visibilidade ainda recente conferida a narrativas de autoria indígena. Quanto a outra parte da criação literária, conforme mencionado, pode ser reunida num corpo contracanônico, como o que vem acontecendo com obras das literaturas feminina, marginal/periférica, afro-brasileira, infantil, a própria literatura indígena etc. – por exemplo, as produções e autorias de Ana Luíza de Azevedo Castro, Carolina Maria de Jesus,

Solano Trindade, Maria Firmina dos Reis, Olívio Jekupé, Daniel Munduruku, Marina Colasanti e outros.

Todavia, o contracânone é, também ele, uma categoria seletiva, uma vez que nem toda obra marginal ao cânone será necessariamente, por contraste, contracanônica, basta considerarmos a categoria dos best sellers, os campeões em vendagem nem sempre avaliados como dotados de literariedade suficiente para comporem os grupos de produções com destacado valor estético. Valoração, diga-se de passagem, também não absoluta: “valores estéticos são mutáveis, movediços, flutuantes em períodos históricos”, conforme assevera Blanca-Ana Roig Rechou (2010: 77) ao examinar uma das variáveis para o estabelecimento de cânones.

Trata-se, assim, de critério de apreciação com grande importância na análise e na crítica literária, todavia igualmente sujeito a preceitos que podem variar seja entre sociedades, seja entre épocas. Com o advento dos estudos culturais preconizando novas indagações e redefinições na (pós-)modernidade, é possível observar movências no cânone literário? Nesse sentido, Damrosch (2006) apresenta a tripartição hypercanon, countercanon e shadow canon – respectivamente e em tradução de Klein (2013: 118): hipercânone, contracânone e cânone-sombra – como uma categorização que dilata a percepção da representatividade canônica:

O hipercânone é povoado pelos “grandes” autores mais antigos que permaneceram ou ganharam terreno nos últimos vinte anos. O contracânone é composto das vozes subalternas e “contestatórias” de escritores em línguas menos comumente ensinadas e em literaturas menores no interior das línguas de grande-potência. Muitos, até mesmo a maioria, dos grandes autores antigos coexistem bastante confortavelmente com esses recém-chegados à vizinhança, dos quais pouquíssimos já acumularam algo parecido com seu fundo de capital cultural. Longe de serem ameaçados por esses vizinhos desconhecidos, os grandes escritores antigos ganham nova vitalidade pela associação com eles, e apenas raramente precisam admitir um deles diretamente em seu clube. Por “eles”, é claro, realmente quero dizer “nós”: somos nós professores e estudiosos que determinamos quais escritores terão uma vida efetiva no cânone atual da literatura mundial. (Damrosch 2006: 39)

Começando pela explicitação final de Damrosch, aparecem situadas as linhas de força que, de modo geral, promovem as afluências literárias para próximo ou distante do cânone: as figuras de professores e estudiosos. Nas instâncias privilegiadas para legitimação, divulgação e apropriação da literatura, como escolas e universidades, a seleção de obras a serem estudadas podem contribuir para a restrição ou o alargamento do horizonte literário de comunidades leitoras estabelecidas ou em desenvolvimento. Nesse aspecto, um dos caminhos é tornar mais concretos e identificáveis, também, o entendimento do processo de seleção de obras e os agentes nele envolvidos.

Afinal, ao se falar de interesses e preceitos na legitimação literária, pode-se indagar: quem seleciona? Para quem? Com quais objetivos? Por que certas obras e não outras? No caso da literatura nas escolas, por exemplo, como ressalta Rechou (2010: 77-78), há todo um cenário de controle de leituras que inclui desde agentes legitimadores reconhecidos no domínio cultural – “críticos, especialistas vários, cátedras universitárias, suplementos culturais que incluem resenhas, revistas especializadas e livreiros” – até agentes específicos envolvidos em uma realidade imediata de cuidado formativo infanto-juvenil, como as famílias e os próprios professores.

Outro destaque na consideração de Damrosch diz respeito ao estabelecimento correlato entre hipercânone e contracânone, pois, ainda que centrado na literatura mundial, esse paralelo pode bem ser reproduzido em sistemas literários menos abrangentes, como as literaturas nacionais. Ilustra, ainda, a conservação do cânone tradicional, agora subdividido em hipercânone e cânone-sombra. Enquanto o hipercânone é constituído por obras e autores excelsos e em evidência em dado sistema literário, o cânone-sombra representa uma categoria cujo valor literário não é desprezível, porém não usufrui da mesma proeminência desfrutada no passado, conforme explica Damrosch:

são os autores “menores” antigos que desaparecem cada vez mais em segundo plano, tornando-se uma espécie de cânone-sombra que a geração acadêmica mais antiga ainda conhece (ou, cada vez mais, lembra com carinho de leituras de muito tempo atrás), mas que as gerações mais jovens de estudantes e estudiosos encontram cada vez menos. Esse processo pode ser visto até mesmo nas literaturas nacionais, onde as pressões de tempo e alcance são muito menos pronunciadas do que na escala maior da literatura mundial. (2006: 39-40)

Apesar de dar especificidade terminológica a uma categoria de alguma forma articulada ao cânone, é preciso considerar que o fenômeno de obscurecimento de obras e autores não é novo. De fato, ele é próprio de sistemas historicamente determinados, posto existirem em cena variáveis socialmente estabelecidas. Muzart menciona esse mesmo aspecto ao considerar a “dominante da época” como variável no estudo do cânone literário: “dominantes ideológicas, estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros. Aquilo que é canonizado em certas épocas, é esquecido noutras; o que foi esquecido numa, é resgatado em outra. Como Sousândrade, no Brasil, como Baudelaire, na França... entre outros” (Muzart 1995: 86).

Dimensionar o cânone, portanto, consiste em tarefa bastante complexa: enquanto algumas obras e autorias desfrutam de aceitação quase unânime nesse seletor literário, outras podem dividir opiniões quanto ao mérito para dele fazerem parte. Mesmo obras nele estabelecidas, vale ressaltar, podem ter sua permanência questionada, afinal, vivemos a terceira fase da “aventura da modernidade” destacada por Berman (1986: 15-17), aquela que “nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”.

Com efeito, os mesmos dilemas, ambivalências e fragmentações, ampliados, são assinalados como atributos de nossa pós-modernidade como época histórica, e de nosso pós-modernismo como traço cultural, segundo a distinção apontada por Eagleton (1998: 5). Não por acaso, então, Damrosch (2006: 44-45), resume o panorama atual da literatura mundial como “era pós-canônica e hipercanônica”, ou seja, um período em que algumas obras podem perder um pouco de prestígio, outras podem ascender alguns degraus na escala canônica, mas os grandes cânones de sempre seguem cada vez mais canônicos.

Para visualizarmos melhor essa reflexão, ensaiemos uma fragmentação geo-político-linguística na noção de cânone: José de Alencar, Clarice Lispector e Machado de Assis, por exemplo, são canônicos no Brasil, suas obras constam em processos seletivos importantes e seguem sendo estudadas nas universidades. Na América Latina, todavia, seu alcance, certamente, não deve ser o mesmo, pelo menos não para todos eles – assim como representantes canônicos de cada um dos demais países latino-americanos não serão recebidos e avaliados uniformemente no Brasil.

Nesse sentido, o escritor Luiz Ruffato (2011), atuante na exposição da literatura brasileira para além das fronteiras nacionais, já comentou o aspecto isolacionista do Brasil em relação aos demais países latinos do continente, a tal ponto que a autodescoberta de uma identidade latino-americana começa a despontar somente durante “o período mais triste da história do continente”, ou seja, quando da instalação de ditaduras militares ao longo do século XX.

Caso estendamos a cena literária para outros continentes, abarcamos, ainda, espaços historicamente divididos entre povos europeus, colonizadores, e povos latino-americanos e africanos, colonizados – expressões que, aliás, alcançaram também os estudos literários, por exemplo, com a denominação literatura pós-colonial. Assim, não apenas de literariedade textual – conceito tão complexo quanto as fronteiras do cânone – se fazem as obras prestigiadas, posto que seu valor literário, ressalta Abreu (2006: 41), “vem também de elementos externos ao texto, como nome do autor, mercado editorial, grupo cultural, critérios críticos em vigor”.

De contextos socioliterários paralelos advêm denominações já empregadas aqui, tais como literatura feminina, literatura periférica, literatura infantil, literatura indígena etc. que, acompanhando as palavras de Abreu (2006: 40), contemplam os textos “que não se quer valorizar”, não “os textos que interessam”. Entretanto, mesmo com as disputas constantes e ambíguas que tensionam o arcabouço das literaturas canônicas no contexto da (pós-)modernidade, não parece o caso de abolir categorizações de cânones, mesmo porque, inúmeras das obras que as integram são também clássicas, segundo a proposta conceitual de Ítalo Calvino (2007).

Podemos destacar o item no qual clássicos são definidos como “aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)” (Calvino 2007: 11). Tais textos, então, passaram por análises que lhes aprofundaram construções de sentidos que

somente o acúmulo de leituras e perspectivas ao longo do tempo pode proporcionar. Encontram-se, neles, aspectos linguísticos, literários, históricos e culturais que, assim como suas contrapartes não-canônicas, representam segmentos e contextos sociais específicos.

Por essa razão, o contato com obras canônicas deve, evidentemente, também ser estimulado na realidade escolar, sob o risco de se subvalorizar histórias, línguas e culturas. Mesma razão, por sinal, para a defesa legítima de obras contracanônicas – ou mesmo não-canônicas – nos programas escolares. Dessa maneira, considerando aspectos como permanência temporal e valorização social das obras, a diferença pode consistir, basicamente, no acesso mais facilitado que as literaturas canônicas encontram no sistema educacional e que as demais começam a demandar.

Diante, portanto, da impossibilidade de se trabalhar com uma infinidade de obras, ganha relevo sua seleção “em prol da formação leitora”, conforme ressalta Rechou (2010: 78) ao pensar uma constituição de cânones em literatura infantil e juvenil. E, na escola, um “cânone autoritário e monológico”, como critica Zilberman (2017: 35) – em certa medida, também laudatório –, apenas preserva os clássicos de sempre e deixa de auxiliar no reconhecimento e na compreensão do potencial representativo das literaturas na tessitura das sociedades ao longo do tempo. Nesse aspecto, junto ao cânone, o contracânone pode compor um repertório de teor mais democrático, dialógico e crítico-reflexivo no ensino da literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou desenvolver neste trabalho, a pluralidade de perspectivas e demandas sociais que ganham visibilidade nas últimas décadas, em diversas áreas e escalas, tensionam as fronteiras de categorizações e conceituações estabelecidas. Nos estudos literários, seu objeto de estudo por excelência se produz no cerne dessas tensões e fronteiras, reverberando em praticamente todos os âmbitos em que a literatura se inscreve: desde a autoria, com os sujeitos produtores das obras literárias, até a recepção, com os sujeitos leitores, passando por instâncias de divulgação e de apreciação – editoras, livrarias, publicações especializadas, crítica, universidades, escolas, etc.

Na distensão das linhas de força que se movem com a literatura – especialmente em sua análise teórico-crítica, como nas universidades, e na apropriação de sua linguagem, como nas escolas de nível fundamental e médio – de modo compreensível, as categorias canônicas discutidas se manifestam como fronteiras que se desejaria extinguir em nome de uma variedade como valor de per se. Contudo, assim como Ortiz (2004: 122) adverte sobre a ilusão do fim das fronteiras disciplinares, trocando “uma insuficiência real por um falso problema”, também as fronteiras canônicas constituem horizontes que possibilitam explorar especificidades literárias, inclusive de dimensão estética, que não se encontram reproduzidas nas obras indiscriminadamente.

Ademais, tendo em vista o matiz plural e difuso das experiências culturais da (pós-) modernidade, não se deve deixar de considerar, ainda, a avaliação desfavorável para certo padrão de produções artísticas, como a empreendida por Eagleton (1998: 5) ao apontar como o pós-modernismo se manifesta “por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, auto-reflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre a cultura ‘elitista’ e a cultura ‘popular’, bem como entre a arte e a experiência cotidiana”.

É, enfim, muito a partir dos contornos fluidos observados atualmente para o exercício da (re)construção de conceitos e categorias de análise, dentre os quais cânone – e contracânone... – nos estudos literários, que o ensino da literatura pode se apresentar como cenário de democratização da experiência estética literária e reflexão crítica sobre os contextos que engendram a seleção de determinadas obras em detrimento de outras. Trazer à tona esses contextos não depõe contra a escola, antes assegura a ampliação do próprio universo cultural através não apenas do encontro com a cultura do outro, mas também com critérios de escolha e de avaliação historicamente construídos.

OBRAS CITADAS

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BERMAN, Marshall. Introdução: Modernidade – ontem, hoje e amanhã. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, pp. 15-36.

CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. *Por que ler os clássicos*. 2. ed. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 9-16.

CUNHA, Helena Parente. Cânone: dúvidas e ambiguidades. *Scripta* (Belo Horizonte), v.10, n.19, pp. 241-249, 2. sem. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13978/10980>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. *Iberic@l: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, (Paris), n.2, Automne 2012. Disponível em: <<http://iberical.paris-sorbonne.fr/numeros/numero-2-automne-2012/>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

DAMROSCH, David. World Literature in a Postcanonical, Hypercanonical Age. Haun Saussy. *Comparative Literature in an Age of Globalization*. Baltimore: Johns Hopkins U.P., 2006, pp. 43-53.

EAGLETON, Terry. Prefácio. *As ilusões do pós-modernismo*. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp. 5-7.

KLEIN, Kelvin Falcão. Cânone e exclusão. *Em Tese* (Belo Horizonte), v. 19, n. 2, pp. 111-121, ago.-out. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.lettras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4999/4699>>. Acesso em: 27 jun. 2018

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. *Anuário de Literatura* (Florianópolis), n. 3, pp. 85-94, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5277/4657>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ORTIZ, Renato. Estudos culturais. *Tempo social* (São Paulo), v. 16, n. 1: 119-127, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2018.

RECHOU, Blanca-Ana Roig. Educação literária e cânone literário escolar. Trad. João Luís Ceccantini. *Letras de Hoje* (Porto Alegre), v. 45, n. 3, pp. 75-79, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/8124/5814>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RUFFATO, Luiz. Literatura e cultura na América Latina. *Revista Línguas e Letras* (Cascavel), Número Especial, XIX CELLIP, 1º semestre 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/5525/4197>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SANTOS, Eloína Prati. A autoinclusão da literatura indígena contemporânea no cânone brasileiro: uma herança cultural a ser reconhecida. *Revista Literatura em Debate*, v. 12, n. 22, pp. 107-121, jan.-jul. 2018. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/2922/2531>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

ZILBERMAN, Regina. Leitura na escola: entre a democratização e o cânone. *Revista Literatura em Debate* (Frederico Westphalen), v. 11, n. 21, pp. 20-39, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/2704>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

ZOLIN, Lúcia Osana. A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade. *Ipotesi* (Juiz de Fora), v.13, n.2, pp. 105-116, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ujf.br/revistaiptotesi/edicoes-anteriores/v13n2/>> Acesso em: 27 jun. 2018.

(COUNTER)CANONS IN PERSPECTIVE: TERMINOLOGY AND SELECTION IN LITERATURE AND SCHOOL

ABSTRACT: Since the mid-twentieth century to the contemporary present, Cultural Studies emerge as a field of knowledge in European and US universities, resounding later in Brazil and expanding the transversality of frontiers and the ambivalences among areas of knowledge, conceptual constructs and perceptions of sociocultural conjunctures. From this point of view, literary studies return to the canon/non-canon composition as a dynamo both for an exercise in understanding these concepts and for an analytical criticism and reception of texts in traditional instances, such as the educational one. Considering this scenario, the scope of this paper is to approach the tripartite categorization proposed by David Damrosch (2006) for the canonical literary cosmos – hypercanon, countercanon and shadow canon – and, for this purpose, the (post-)modern historical context, based on Marshall Berman (1986) and Terry Eagleton (1998), and the educational system as one of the traditional structures of literary legitimation, according to Márcia Abreu (2006) and Blanca-Ana Roig Rechou (2010), are also presented.

KEYWORDS: canons; countercanons; teaching of literature.

Recebido em 30 de junho de 2018; aprovado em 2 de maio de 2019.